PROMOÇÃO DA COMUNICAÇÃO FUNCIONAL NO PROJETO ÁGUA AZUL

Viviane Cristina de Mattos Battistello[1]
Rosemari Lorenz Martins[2]

INTRODUÇÃO

A comunicação é uma dimensão constitutiva da participação social, da construção de vínculos e do exercício da autonomia. Por meio dela, as pessoas expressam desejos, recusas, sentimentos, escolhas, dúvidas e necessidades, negociam sentidos e participam das decisões que atravessam a vida cotidiana. Quando as formas de comunicação disponíveis não correspondem às necessidades de uma pessoa, podem surgir barreiras que limitam sua participação, mesmo quando ela compreende situações, manifesta preferências e dispõe de conhecimentos que não consegue expressar por meio da fala oral.

No caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os perfis de comunicação são diversos. Algumas crianças utilizam a fala oral de modo funcional em diferentes situações; outras apresentam fala limitada, uso inconsistente da linguagem oral ou necessidades complexas de comunicação. Por isso, a ausência ou a limitação da fala não deve ser interpretada como ausência de intenção comunicativa, compreensão ou possibilidade de aprendizagem. A avaliação das formas de expressão precisa considerar gestos, olhares, movimentos, vocalizações, aproximação e afastamento, escolhas e demais comportamentos que assumem função comunicativa em determinado contexto.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) reúne recursos, estratégias e formas de interação que complementam ou substituem temporária ou permanentemente a fala oral quando esta não atende às necessidades comunicativas de uma pessoa. Pode envolver gestos, objetos, fotografias, pictogramas, pranchas de comunicação e recursos eletrônicos, selecionados conforme as características da pessoa e as exigências das situações de participação. Sua finalidade não é restringir a comunicação a um conjunto fixo de figuras, mas

[1] Doutora e Pós-doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale. E-mail: vivimattos@feevale.br. Pesquisa desenvolvida no período de 2024/2 a 2026/2, no âmbito do Projeto Água Azul, com apoio do CNPq (Chamada nº 32/2023, processo 150851/2024-3).
[2] Professora orientadora, Universidade Feevale. E-mail: rosel@feevale.br .

ampliar as possibilidades de expressão, compreensão mútua e participação em atividades significativas (Beukelman; Light, 2020).

A acessibilidade comunicacional depende tanto da disponibilidade de recursos quanto das atitudes e competências dos interlocutores. Uma prancha, por si só, não garante comunicação: é necessário que esteja acessível, que a pessoa tenha oportunidades reais de utilizá-la e que familiares, educadores e demais parceiros reconheçam e respondam às mensagens comunicadas. Entre as barreiras identificadas na prática estão a expectativa de que a criança precise demonstrar determinada "prontidão" antes de ter acesso à CAA, a oferta restrita dos recursos a sessões específicas e a pouca familiaridade dos adultos com estratégias de modelagem e espera comunicativa. Tais barreiras podem reduzir as oportunidades de participação e dificultar a utilização das habilidades em outros ambientes.

No Brasil, a Lei nº 13.146/2015 estabelece princípios e obrigações relacionados à acessibilidade, à participação e à eliminação de barreiras para pessoas com deficiência. Posteriormente, a Lei nº 15.249/2025 alterou dispositivos da legislação de acessibilidade e da Lei Brasileira de Inclusão para tratar da instalação de sistemas de CAA de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, incluindo pranchas com pictogramas adaptadas aos contextos comunicativos (Brasil, 2015; Brasil, 2025). Esse avanço normativo reforça que a comunicação acessível não deve ficar restrita a espaços clínicos ou educacionais, mas integrar os ambientes de convivência e participação coletiva.

É nesse cenário que se insere o Projeto Água Azul, iniciativa de extensão universitária que articula atividades aquáticas, participação e práticas inclusivas. O trabalho aqui apresentado decorre de uma investigação desenvolvida durante o período de pós-doutorado, de 2024/2 a 2026/2, com foco no uso da CAA em situações lúdicas, terapêuticas, aquáticas e familiares. O objetivo foi analisar as contribuições de uma intervenção baseada em CAA para a ampliação da comunicação funcional e para a generalização de habilidades comunicativas de crianças com TEA, considerando situações de uso para além do contexto de intervenção. A trajetória do projeto já foi discutida em estudo anterior, no qual foram descritos desafios iniciais para a introdução das pranchas de CAA nas atividades aquáticas e possibilidades de ampliar seu uso para outros momentos do cotidiano (Battistello; Martins, 2024). O presente trabalho aprofunda essa discussão ao focalizar a generalização da comunicação funcional a partir dos resultados consolidados ao final do período investigado.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e perspectiva transdisciplinar, realizada no âmbito do Projeto de Extensão Água Azul, durante o período de 2024/2 a 2026/2. A perspectiva qualitativa foi adotada por permitir examinar manifestações comunicativas situadas, considerar os contextos em que ocorrem e descrever mudanças observadas na utilização funcional da comunicação, sem reduzir a análise exclusivamente à mensuração de respostas isoladas.

A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 17579619.9.0000.5348), respeitando os princípios éticos aplicáveis às pesquisas com seres humanos. Os responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foi considerado o assentimento dos participantes, conforme suas condições de compreensão e possibilidades de manifestação.

Para isso, participaram do estudo seis crianças com diagnóstico de TEA, com idades entre 3 e 10 anos, e seus respectivos familiares. A seleção ocorreu de forma intencional, considerando a vinculação dos participantes ao Projeto de Extensão Água Azul. O número de participantes justifica-se pelo caráter qualitativo, contextual e interventivo da investigação, que priorizou o acompanhamento das experiências comunicativas em diferentes situações e contextos de participação.

A coleta e a organização das informações incluíram o Questionário de Necessidades de Informação em Linguagem e Comunicação Alternativa – QNILCA-F, o Inventário Portage Operacionalizado (IPO), registros das sessões lúdico-terapêuticas, observações realizadas nas atividades aquáticas e ações de psicoeducação familiar. O QNILCA-F foi utilizado para apoiar o levantamento de necessidades relacionadas à linguagem e à comunicação alternativa. O Inventário Portage Operacionalizado contribuiu para observar repertórios do desenvolvimento infantil em áreas relevantes para o planejamento de oportunidades de aprendizagem e participação.

O IPO é descrito na literatura como instrumento de avaliação do repertório comportamental e do desenvolvimento infantil, utilizado para orientar a identificação de habilidades e o planejamento de intervenções, sem substituir avaliações clínicas ou instrumentos padronizados quando estes forem necessários (Aiello; Williams, 2021). A utilização do QNILCA-F no contexto do Projeto Água Azul também foi abordada em produção anterior, que destacou necessidades de informação das famílias relacionadas à acessibilidade dos recursos e ao conhecimento de estratégias de comunicação alternativa (Battistello; Martins,

2025). Neste estudo, o instrumento foi considerado em conjunto com os demais registros, sem atribuir a ele, isoladamente, a explicação dos resultados observados.

As intervenções ocorreram por meio de atividades lúdicas e aquáticas e de ações de orientação às famílias. Os recursos de CAA foram considerados apoios para favorecer escolhas, solicitações e expressão de necessidades em situações contextualizadas. A abordagem buscou relacionar os símbolos e as oportunidades de comunicação às experiências concretas das crianças, evitando que o recurso fosse apresentado como uma tarefa descontextualizada. A participação dos familiares foi relevante para discutir a comunicação no cotidiano e ampliar a compreensão de que as estratégias comunicativas precisam estar disponíveis em diferentes ambientes.

A análise foi descritiva, com atenção às manifestações de comunicação funcional e à generalização das habilidades para além do espaço de intervenção. Para este trabalho, considerou-se comunicação funcional o uso de uma forma comunicativa reconhecível para produzir um efeito significativo na interação, como solicitar um alimento, indicar uma necessidade básica ou expressar uma escolha. A generalização foi compreendida como a ocorrência dessa função em situações distintas daquelas em que a habilidade havia sido inicialmente trabalhada. Essa definição operacional orientou a síntese dos achados apresentados a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

A CAA parte do reconhecimento de que a comunicação é multimodal e pode ocorrer por diferentes meios. A fala oral é uma possibilidade entre outras e não deve ser considerada o único indicador de competência comunicativa. Beukelman e Light (2020) discutem a CAA como um campo que integra avaliação, seleção de recursos, estratégias de intervenção e participação dos parceiros de comunicação. Essa compreensão desloca o foco de uma suposta incapacidade individual para a relação entre as necessidades da pessoa, os recursos disponíveis e as condições oferecidas pelo ambiente.

Uma prática de CAA precisa considerar não apenas o vocabulário solicitado em uma atividade, mas também as oportunidades de comunicação que a pessoa encontra ao longo do dia. Recursos que permitem somente pedir objetos ou responder a perguntas podem limitar a autonomia se não incluírem possibilidades de recusar, comentar, cumprimentar, escolher, compartilhar atenção e iniciar interações. A funcionalidade, portanto, deve ser analisada em

relação aos objetivos da pessoa, à variedade de funções comunicativas e à capacidade dos interlocutores de compreender e responder às mensagens.

O acesso à CAA não deve depender de pré-requisitos como demonstrar determinada habilidade cognitiva, apontar com precisão ou compreender previamente todos os símbolos. O processo de aprendizagem ocorre com o uso, com a mediação dos parceiros e com a exposição consistente a formas de comunicação significativas. Essa posição exige que os adultos ofereçam oportunidades, modelem o uso dos recursos e aguardem a resposta da criança, sem transformar cada interação em uma avaliação de desempenho. A ausência de resposta imediata não permite concluir, isoladamente, que a estratégia não seja adequada.

A generalização é um desafio importante porque habilidades aprendidas em um contexto podem não aparecer espontaneamente em outro. A transferência para situações cotidianas depende da disponibilidade do recurso, da semelhança ou relevância das oportunidades, da participação de diferentes interlocutores e da consistência das respostas oferecidas. Assim, a comunicação funcional deve ser planejada desde o início em ambientes e atividades variados, e não tratada apenas como uma etapa posterior à aprendizagem de símbolos.

O envolvimento familiar pode contribuir para a continuidade das oportunidades comunicativas, desde que a orientação não atribua às famílias a responsabilidade exclusiva pela inclusão. A psicoeducação pode apoiar a compreensão sobre a função da CAA, favorecer o reconhecimento de sinais comunicativos e discutir maneiras de incorporar escolhas e solicitações às rotinas. Ao mesmo tempo, escolas, serviços de saúde, projetos de extensão e espaços comunitários precisam assumir responsabilidade pela acessibilidade, evitando que a participação dependa apenas da disponibilidade ou do conhecimento individual de familiares.

O IPO, por sua vez, pode apoiar a observação de repertórios do desenvolvimento infantil e o planejamento de objetivos individualizados. A revisão sistemática de Aiello e Williams (2021) demonstra que o instrumento tem sido utilizado em estudos brasileiros para descrever e acompanhar repertórios de crianças em diferentes condições. No contexto deste trabalho, sua utilização deve ser compreendida como parte de uma leitura ampliada das habilidades e necessidades dos participantes, e não como medida direta ou isolada da eficácia da CAA.

No plano dos direitos, a Lei Brasileira de Inclusão define acessibilidade e participação como dimensões fundamentais para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). A Lei nº 15.249/2025, ao incluir disposições específicas sobre sistemas de CAA de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, amplia o reconhecimento da acessibilidade comunicacional como responsabilidade coletiva (Brasil, 2025). A existência da norma, contudo, não elimina automaticamente barreiras: sua implementação requer recursos

adequados, manutenção, planejamento contextualizado e formação das pessoas que interagem com usuários de CAA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros indicou que cinco das seis crianças participantes passaram a utilizar a comunicação de forma funcional em situações cotidianas para além do ambiente terapêutico. Entre os exemplos descritos no acompanhamento estão a solicitação de alimentos e a expressão de necessidades básicas. Considerando o conjunto de participantes, esse resultado corresponde a cinco crianças em seis, ou aproximadamente 83,3% da amostra. O dado deve ser interpretado como uma descrição dos resultados observados neste grupo, e não como estimativa generalizável para todas as crianças com TEA ou como demonstração isolada de causalidade.

O principal achado diz respeito à presença da comunicação em situações reais de vida diária. A utilização funcional fora do contexto de intervenção sugere que, para a maioria dos participantes, as habilidades comunicativas não permaneceram circunscritas às atividades em que foram trabalhadas. Esse aspecto é relevante porque a finalidade da CAA não se limita ao desempenho durante uma sessão: consiste em ampliar as possibilidades de a criança influenciar o ambiente, comunicar necessidades, realizar escolhas e participar das interações que organizam seu cotidiano. A comparação com a etapa anteriormente descrita no projeto deve ser feita com cautela: Battistello e Martins (2024) registraram desafios de familiarização com os recursos e resistência inicial de algumas famílias à sua utilização fora das atividades. Os dados apresentados no estudo atual indicam que, ao final do período de investigação, cinco participantes demonstraram uso funcional em situações cotidianas. Essa leitura sugere continuidade e aprofundamento da experiência, mas não permite atribuir causalidade exclusiva à CAA nem generalizar os achados para outras populações.

Os exemplos de solicitação de alimentos e expressão de necessidades básicas evidenciam funções comunicativas imediatas e socialmente significativas. Solicitar algo permite à criança iniciar uma interação e produzir uma consequência compreensível para o interlocutor. Expressar uma necessidade pode contribuir para reduzir situações em que os adultos precisam inferir o que está acontecendo a partir de sinais pouco claros. Ainda assim, esses exemplos não esgotam o conceito de comunicação funcional. Pesquisas futuras e acompanhamentos mais detalhados podem examinar a diversidade de funções comunicativas, a espontaneidade das iniciativas, a consistência do uso e a participação em interações mais complexas.

A observação de generalização também reforça a importância de planejar a comunicação em diferentes ambientes. Quando a CAA está disponível somente em um espaço ou é utilizada apenas por um profissional, a criança pode ter poucas oportunidades de recorrer a ela em outros contextos. A articulação entre sessões lúdico-terapêuticas, atividades aquáticas e orientação familiar cria oportunidades para relacionar a comunicação a experiências concretas. Essa interpretação está alinhada à literatura que compreende a intervenção em CAA como processo que envolve tanto o sistema comunicativo quanto os parceiros e as condições de participação (Beukelman; Light, 2020).

O envolvimento das famílias constituiu um componente importante da proposta, especialmente por aproximar a discussão sobre comunicação das rotinas e necessidades do cotidiano. A psicoeducação pode favorecer a identificação de oportunidades comunicativas em atividades comuns, como alimentação, brincadeira, deslocamento e cuidados pessoais. Entretanto, os dados apresentados não permitem afirmar que a participação familiar, isoladamente, tenha causado os resultados observados. O desenho qualitativo e o tamanho reduzido do grupo não possibilitam separar a contribuição de cada componente da intervenção; por isso, é mais adequado compreender os achados como resultados de uma experiência articulada e contextualizada.

A utilização conjunta do QNILCA-F e do Inventário Portage Operacionalizado ofereceu apoio à compreensão das necessidades comunicativas e de aspectos do desenvolvimento. A combinação de instrumentos com registros de atividades e observações permite considerar informações de diferentes fontes, sem pressupor que todos tenham a mesma função. O QNILCA-F contribuiu para identificar necessidades relacionadas à linguagem e à comunicação alternativa, enquanto o Portage apoiou a observação de repertórios do desenvolvimento. As observações situadas, por sua vez, foram importantes para examinar se as habilidades se manifestavam em atividades e contextos cotidianos.

Um resultado desta natureza precisa ser discutido considerando também o participante que não apresentou, nos registros analisados, a mesma evidência de generalização funcional. Essa diferença não deve ser interpretada como fracasso individual nem como ausência de potencial de aprendizagem. Ela sinaliza a heterogeneidade dos perfis comunicativos e a necessidade de rever continuamente a adequação dos recursos, o vocabulário disponível, as oportunidades de uso, a acessibilidade motora e sensorial, a compreensão dos interlocutores e as funções comunicativas priorizadas. A CAA requer planejamento individualizado e acompanhamento, não uma solução uniforme aplicada da mesma maneira a todas as crianças.

Os resultados também têm implicações para a formação de profissionais. A disponibilidade de pictogramas ou pranchas não assegura, por si só, que a comunicação seja acessível. É necessário que educadores, profissionais de saúde, mediadores e familiares saibam reconhecer tentativas comunicativas, oferecer modelos, garantir tempo de resposta e aceitar diferentes formas de expressão. A superação do mito da prontidão é especialmente relevante: esperar que a criança demonstre previamente todas as habilidades que a CAA pode ajudar a desenvolver pode atrasar o acesso a oportunidades de comunicação. O apoio deve ser planejado a partir das necessidades atuais e revisto à medida que a criança participa e aprende.

O Projeto Água Azul oferece um contexto particular para refletir sobre acessibilidade comunicacional em atividades aquáticas. Nesse ambiente, as oportunidades de escolha, solicitação, recusa e expressão de desconforto precisam ser consideradas como parte da participação segura e significativa. Recursos e estratégias comunicativas devem ser adequados ao espaço, à atividade e às condições de uso, de modo que permaneçam disponíveis sem comprometer a segurança. A experiência amplia a discussão para além dos ambientes tradicionalmente associados à intervenção, destacando que o direito à comunicação acompanha a pessoa nos espaços de lazer, convivência e participação comunitária.

Por fim, a legislação recente fornece respaldo para tratar a CAA como parte da acessibilidade em espaços públicos, mas sua efetivação depende de planejamento e compromisso institucional. A Lei nº 15.249/2025 prevê sistemas de CAA de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público e determina que as pranchas com pictogramas sejam adaptadas aos respectivos contextos (Brasil, 2025). Essa orientação converge com a necessidade observada na experiência: os recursos precisam fazer sentido para as atividades e para as pessoas que os utilizam. A formação continuada, a manutenção dos materiais, a participação dos usuários e a avaliação do uso real são condições para que a norma se traduza em oportunidades efetivas de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou as contribuições de uma intervenção baseada em Comunicação Aumentativa e Alternativa desenvolvida no Projeto Água Azul, com seis crianças com TEA, durante o período de 2024/2 a 2026/2. Os resultados consolidados indicaram que cinco participantes passaram a utilizar a comunicação funcional em situações cotidianas para além do ambiente terapêutico, especialmente para solicitar alimentos e expressar necessidades básicas.

O achado destaca a relevância de observar a comunicação em contextos reais, nos quais a criança pode iniciar interações, expressar escolhas e influenciar acontecimentos cotidianos.

A experiência aponta que a promoção da comunicação funcional demanda articulação entre recursos de CAA, atividades significativas, observação das necessidades individuais e participação dos parceiros de comunicação. A presença de pictogramas ou pranchas deve estar acompanhada de oportunidades concretas de uso, disponibilidade dos materiais e respostas dos interlocutores. A orientação familiar pode favorecer a continuidade dessas oportunidades, mas a responsabilidade pela acessibilidade é compartilhada por instituições educacionais, serviços, projetos comunitários e espaços públicos.

Os resultados devem ser interpretados à luz dos limites do estudo: número reduzido de participantes, abordagem qualitativa e ausência de um grupo de comparação que permita atribuir causalidade exclusiva à intervenção. O resultado de cinco participantes não deve ser generalizado para outras populações. Além disso, o registro de solicitações e necessidades básicas não permite, por si só, caracterizar toda a amplitude do repertório comunicativo de cada criança. Pesquisas futuras podem ampliar o número de participantes, detalhar a frequência e a diversidade das funções comunicativas, incluir seguimento longitudinal e examinar de forma sistemática a manutenção das habilidades em diferentes contextos e com diferentes interlocutores.

Conclui-se que a CAA deve ser compreendida como recurso de acessibilidade e participação, e não apenas como estratégia pontual de intervenção. A efetivação do direito à comunicação requer formação continuada, superação de barreiras atitudinais, planejamento individualizado e compromisso com a disponibilidade dos recursos nos ambientes em que as crianças vivem, aprendem e participam. Comunicar é mais do que transmitir uma mensagem: é poder participar das relações e decisões que constituem a vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Transtorno do Espectro Autista, acessibilidade comunicacional.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à equipe do Projeto de Extensão Água Azul (Universidade Feevale), às famílias participantes e às pessoas envolvidas na construção de práticas de acessibilidade comunicacional. Registra-se também o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme vínculo de fomento informado para o pós-doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale).

REFERÊNCIAS

AIELLO, Ana Lúcia Rossito; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Inventário Portage Operacionalizado (IPO): revisão sistemática. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 37, e37545, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0102.3772e37545 .

BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MARTINS, Rosemari Lorenz. Comunicação alternativa em um projeto de atividades aquáticas para pessoas com TEA: desafios e potencialidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 10., 2024. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/114923 . Acesso em: 29 out. 2026.

BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MARTINS, Rosemari Lorenz. Identificação das necessidades de informações em linguagem e comunicação alternativa: um estudo com o questionário QNILCA-F no Projeto Água Azul. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 11., 2025. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/132959 . Acesso em: 29 out. 2026.

BEUKELMAN, David R.; LIGHT, Janice C. Augmentative & alternative communication: supporting children and adults with complex communication needs. 5. ed. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15249.htm. Acesso em: 29 out. 2026.